

Retrospectiva do telejornalismo brasileiro

Retrospective of Brazilian TV News

Retrospectiva del telenoticiario brasileño

*GUILHERME JORGE DE REZENDE **

* Doutor em Teoria e Ensino da Comunicação pela Umesp e professor da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (Funrei).

Resumo

Este artigo faz uma reconstituição histórica de um dos gêneros do telejornalismo brasileiro, o telejornal. Mostra de que modo fatores sociais, políticos e econômicos estão presentes nas principais passagens de nosso telejornalismo.

Palavras-chaves: História do telejornalismo, telejornalismo brasileiro, história dos telejornais.

Abstract

This article presents an historical reconstitution of Brazilian TV newscast. It shows how social, politic and economical factors are present at the main passages of our television news.

Key words: History of the television news, Brazilian TV news, TV newscast.

Resumen

Este artículo presenta una reconstrucción histórica de uno de los géneros del telenoticiario brasileño, el "telenoticioso". Muestra de qué modo factores sociales, políticos y económicos están presentes en los principales pasajes de este telenoticioso.

Palabras-claves: Historia del telenoticiario, telenoticiario brasileño, historia de los telenoticiosos.

Os primeiros telejornais exibidos no Brasil pela TV Tupi privilegiavam a expressão verbal e usavam poucos recursos visuais. O *Repórter Esso* mudou um pouco essa situação, tornando as matérias ilustradas mais freqüentes, graças ao apoio de um anunciante de grande porte e da agência de notícias UPI – United Press International.

Mesmo assim, nos anos cinquenta, o noticiário do estúdio predominava “como uma alternativa simples e econômica”. O uso da câmera de dezesseis milímetros, sem som direto, não bastava para atenuar a influência do rádio, evidente no “texto telegráfico” e na locução em estilo “forte e vibrante” (Leandro & Costa, 1977, p. 87).

Criado por Fernando Barbosa Lima, em 1962, na TV Excelsior, o *Jornal de Vanguarda* inovou pela originalidade de concepção. A locução primorosa de Luís Jatobá e Cid Moreira e o visual dinâmico das caricaturas de Appe e dos bonecos falantes de Borjalo se complementavam com a participação de jornalistas na produção e apresentação de notícias e crônicas: Millor Fernandes, João Saldanha, Stanislaw Ponte Preta. Apesar do prestígio alcançado, o telejornal sucumbiu à implacável censura do regime militar e foi extinto para evitar que morresse “numa torturante agonia” (Barbosa Lima, 1985, p. 10).

Tecnologia e criatividade

A tecnologia da comunicação espacial viabilizou o lançamento, em setembro de 1969, do *Jornal Nacional*. Transmitido

pela Rede Globo, ao vivo, para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília, "o JN custava tanto quanto uma novela de maior ibope". O rigor no planejamento exigia o fim de improvisações para que o noticiário se mantivesse "na altura do avanço eletrônico" (*Veja*, 1969, p. 68).

Através dele, explicitou-se ainda mais a influência norteamericana sobre o telejornalismo brasileiro. Uma das contribuições importadas foram as normas de redação, adaptadas do livro *Television News* (Fang, 1972) e que serviram "como referência principal para as poucas obras que normatizam a prática do telejornalismo brasileiro" (Squirra, 1993, p. 116).

Na edição de estréia, o locutor Hilton Gomes anunciou que três ministros militares assumiam o governo, por causa da doença do Presidente Costa e Silva. O acaso evidenciava que a integração nacional pela notícia e o endurecimento do governo militar começavam no mesmo dia.

Sem grande preocupação com a técnica, mas dando prioridade ao depoimento popular, *A Hora da Notícia* surgiu como a concretização do "sonho de um telejornalismo... dinâmico e inteligente" (Carvalho, 1979-80, p. 40). Porém, as razões que levavam o telejornal à liderança de audiência na TV Cultura chocavam-se com os interesses políticos dominantes no País. O confronto atingiu não apenas o telejornal. Culminou com o assassinato do diretor de jornalismo da emissora, Wladimir Herzog, vítima da forma mais cruel de intolerância política. Mas o que caracterizou mesmo a tevê brasileira nos anos setenta foi o propalado *padrão global* de qualidade. O cuidado com a forma começava na seleção de locutores. Segundo a direção da Globo, os telejornais se beneficiariam muito com "apresentadores competentes e de boa aparência" para atrair o público majoritariamente feminino das telenovelas (Boni, apud Mello e Souza, 1984, p. 226). Com "cabelos prematuramente grisalhos, ar preocupado, voz de barítono" (Gleiser, 1983, p. 31), Cid Moreira era símbolo de isenção e credibilidade no JN. Conciada com a rigidez do cenário e o abundante uso de video-

teipes e efeitos especiais, a imagem do locutor construía um modelo “requintado e frio, pretensamente objetivo” (Lins da Silva, 1983, p. 34).

A limitação de dar apenas notícias de “primeira página” impedia, porém, a produção de um jornalismo crítico. Mas isso não parecia preocupar o então diretor-geral da empresa, que dizia: “Quem espera conteúdo, opinião no jornalismo da televisão brasileira pode desistir que não vai ter tão cedo”(Boni, apud Almeida Filho, 1976, p. 28). O editor de jornalismo da Globo, Luís Fernando Mercadante, fazia coro com esse pensamento: “Telejornalismo, como eu compreendo, é superficial, impressionista, rapidíssimo e dá para as pessoas um blá-blá-blá” (ECA/USP, 1978).

A superficialidade decorria do ritmo “manchetado”, em que o importante era oferecer uma síntese dos fatos do dia, que desse a ilusão de estar bem-informado ao telespectador que voltava do trabalho cansado. (Com a ressalva de que se trata de tese “sem comprovação”, mas que ainda “corre solta”, o jornalista Boris Casoy diz que essa linha estético-editorial “foi imprimida pela Rede Globo durante o regime militar, buscando substituir a ausência de substância no noticiário” – Casoy, 1997).

Autocensura

As mordanças que calavam a imprensa começaram a ser retiradas no fim dos anos setenta. A anistia política e a efervescência do sindicalismo eram sinais da política de “distensão” que o governo prometia. Nada disso, porém, saía no *JN*, que, estrategicamente inserido entre as novelas das sete e das oito, alcançava, em 1979, a prodigiosa marca de 79,9% da audiência nacional, equivalente a 59,9 milhões de telespectadores (Ávila, 1982, p. 60).

O fim da censura oficial no governo do presidente Figueiredo evidenciou a autocensura. Embora livre da censura oficial, a Globo não conseguia apagar o estigma de sua vinculação com o governo. Detectava-se “o uso de algumas técnicas através das

quais o principal meio de informação da população brasileira" passava "uma imagem altamente positiva do regime e negativa das oposições" (Lins da Silva, 1981, p. 51).

Novas redes

No início da década de 1980, o governo contemplou o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e a Rede Manchete com concessões cassadas da Rede Tupi. Os dirigentes militares deixavam transparecer que as novas redes deveriam ter eficiência gerencial para acabar com o monopólio exercido pela Globo.

Inspirada em tevês norte-americanas e européias, a Manchete pôs no ar duas horas de jornalismo no horário nobre, aproveitando-se do fato de que "a Rede Globo estava despreocupada em matéria de jornalismo" (Furtado, 1988, p. 66) A ousadia foi recompensada pela proeza de abocanhar até oito pontos do ibope, competindo com um dos maiores fenômenos de público da tevê brasileira, a novela *Roque Santeiro*.

As diretas na tevê

O País estava em plena ebulição política, no começo da década de 1980. Depois de anos a fio sem poder escolher seu presidente, o povo brasileiro embarcou no sonho da campanha das "diretas-já". Mas, se o movimento pluripartidário encontrava ressonância no jornalismo impresso, colidia com o silêncio das emissoras de televisão, que por meio de um "monopólio da informação jornalística no horário nobre", liderado pela Globo, teimavam em ignorar o clamor das multidões que lotavam as praças das grandes capitais brasileiras (Marques de Melo, 1984, p. 5).

O legendário comício da Praça da Sé, em São Paulo, espelhou esse boicote. Enquanto a TV Cultura era a única a cobrir o comício, pressionada pelo vigor popular e pela insatisfação de seus funcionários, a Globo noticiou o fato pelo *JN*, como se fizesse parte das comemorações do 430º aniversário de São Paulo e não tivesse qualquer conotação política. A

partir daquela data, as emissoras mudaram de postura e passaram a divulgar o movimento pelo receio de perder audiência e faturamento.

O Congresso não aprovou a emenda, mas a própria imprensa ajudou a incutir na consciência popular uma forma de sublimar o desgosto. O povo ocupou de novo as praças para apoiar a candidatura de Tancredo Neves na eleição indireta para presidente. A festa da vitória celebrada pelas câmeras de televisão durou pouco. Um dia antes da posse, Tancredo adoeceu e, nos 37 dias de sua agonia e morte, a tevê brasileira realizou a mais intensa e extensa cobertura jornalística de sua história. A democracia voltava ao vídeo como espetáculo de festa, dor e esperança.

A Nova República se instaurava com a promessa de assegurar a liberdade de imprensa. Fê-lo apenas em parte, porque outros meios de controle foram utilizados como moeda política. Segundo Sônia Virgínia Moreira, o governo Sarney bateu todos os recordes ao distribuir 1,028 concessões, quase a metade dos canais outorgados durante toda a história da radiodifusão no Brasil (Moreira, 1995, p. 46).

A ação governamental chegou, porém, a tal nível de contundência que levou Armando Nogueira a admitir que sofreu “mais pressão na época da Nova República do que na época do regime militar”. Nogueira lembra que, enquanto os governos militares usavam a tevê “mais para não deixar noticiar certas coisas do que para noticiar outras tantas”, na “disputa por quatro cinco anos de mandato, o Planalto exerceu sobre a TV Globo uma pressão sufocante”, contando com “uma cumplicidade da alta direção da empresa” (Armando Nogueira, apud Vieira, 1991, p. 91).

Novo formato

No SBT, a cumplicidade nem aos menos se disfarçava. A direção queria um jornalismo que só elogiasse as qualidades do ser humano. E, se não houvesse “possibilidades de apontar essas

qualidades, ou apontar suas realizações”, recomendava-se “apenas dar a notícia” (Sílvia Santos, apud Squirra, 1993, p. 138).

Para uma emissora cujo dono ainda gostava de aclamar os governantes de plantão em seu programa de domingo, era de se prever o insucesso do telejornalismo. A situação se modificou em março de 1988, com o surgimento do *Telejornal Brasil*. A novidade do programa estava no formato, Boris Casoy não conformava sua função ao modelo norte-americano de ancoragem. Além de conduzir o noticiário, fazia entrevistas e emitia comentários pessoais sobre os fatos noticiados. A rápida ascensão no ibope logo demonstrou aprovação do novo formato.

Nessa mesa época, Marília Gabriela protagonizou outra experiência bem-sucedida de ancoragem no *Jornal da Bandeirantes*. A jornalista não escondia, porém, que o jornalismo opinativo lhe causava uma certo constrangimento: “... você não deve perder de vista o pluralismo que um jornal diário de televisão deve ter; e também, que há uma massa pensante do lado de lá assistindo a você” (Marília Gabriela, apud Vieira, 1991, p. 78).

Esse escrúpulo profissional contribuiu para relevar ainda mais o trabalho de Marília Gabriela. Ao lado de Boris Casoy, sua atuação foi reconhecida como um avanço por conseguir atrair publicidade e inevitavelmente imprimir mudanças gradativas também na Globo.

Edição adulterada

Nos domínios globais ocorria, porém, um embate ideológico durante a campanha presidencial de 1989, mais precisamente em torno do último debate entre Collor e Lula. A montagem considerada prejudicial ao candidato Lula que a Globo exibiu no *JN* foi o estopim de um desentendimento que resultou no afastamento de Armando Nogueira da direção de jornalismo da emissora.

Tempos depois, Nogueira contou que começou a sentir constrangimento quando os partidários de Collor desembarcaram na Globo ameaçados pela possibilidade de vitória de Lula.

Relembrou ainda que, depois de pedir que a mesma edição do debate divulgada no telejornal *Hoje* fosse retransmitida no *JN*, soube que Alberico Souza Cruz “adulterou a primeira edição, à minha revelia, com o objetivo de ajudar o candidato Collor” (Nogueira, apud Vieira, 1991, p. 90-91).

Já no cargo de diretor da Central Globo de Jornalismo, Alberico Souza Cruz refutou as acusações. Argumentou que a edição do *JN* era “correta do ponto de vista jornalístico”, porque mostrava que tinha havido um debate e que “um ganhou e outro perdeu”. Segundo Alberico, o fato teve repercussão “porque procurava-se um bode expiatório e nós fomos escolhidos” (Souza Cruz, apud Vieira, 1991, p. 64-65).

Enquanto a controvérsia persistia, o jornalismo do SBT prosperava em outra direção ao lançar um modelo popular proveniente do rádio. Versão do original argentino *Nuevediario*, o *Aqui Agora*, além da influência radiofônica, usava o plano-seqüência para dar mais realismo e suspense às histórias que narrava. O sucesso junto ao público foi instantâneo, mesmo sem converter-se em aumento da receita publicitária.

Com um audiência menor, de doze pontos em média, todavia mais qualificada econômica e culturalmente, em meados de 1992, o *TJ Brasil* desfrutava do privilégio de ser a segunda fonte de renda do SBT.

As disparidades editoriais e mercadológicas entre o *TJ* e o *Aqui Agora* provocaram uma cisão no SBT. A superação do impasse importou no desmembramento do *TJ* do departamento de jornalismo e sua vinculação direta à direção do SBT. Boris Casoy passava a ter ainda mais autonomia para cumprir suas funções.

Credibilidade no vídeo

O êxito do *TJ* indicava o surgimento de um novo modelo de telejornalismo, baseado na emergência de “jornalistas-apresentadores”, que, a despeito de serem “mais fracos na locução... irão reforçar a parte jornalística” (Casoy, apud Tramontina, 1996, p. 79).

Ao avaliar a questão, Armando Nogueira ponderou que, embora “uma notícia bem escrita” tivesse “o mesmo efeito” independentemente da formação do profissional que a lesse, a “presença do jornalista reforça a credibilidade do apresentador e, por conseqüência, a credibilidade do telejornal” (Nogueira, 1997). O comentário de Nogueira se referia, de fato, à substituição dos dois apresentadores do *JN* – Cid Moreira e Sérgio Chapelin, pelos jornalistas William Bonner e Lílían Witte Fibe, em março de 1996.

O crítico de televisão Eugênio Bucci saudou com ressalvas as mudanças no *JN*. Reconheceu que o programa ganhara “movimento, rapidez e juventude” e que os temas iam e vinham “numa ciranda mais animada”. Ressaltou, contudo, que, no essencial, o telejornal parecia não ter mudado, sobretudo quanto à estrutura melodramática, com direito ao infalível *happy end*, e ao “governismo” (Bucci, 1997).

Por apostar também na credibilidade do jornalista-apresentador, o superintendente da Rede Bandeirantes, Rubens Furtado, contratou Paulo Henrique Amorim para acumular as funções de editor, repórter e âncora do *Jornal da Bandeirantes*, a partir de dezembro de 1996. Para Amorim, o *Jornal da Band* deveria ter um “sotaque do Brasil inteiro...”, que contribuía “para a pluralidade de opiniões”. Mas, em sua atuação como âncora, ele não pretendia apenas informar e sim “ser um mediador que não dá palpite” (Apud *Imprensa*, 1997, p. 15).

Em 1997, outro fato alterou o quadro do telejornalismo brasileiro. Após nove anos de SBT, Boris Casoy deixou o *TJ Brasil* e, no dia 14 de julho, estreou no *Jornal da Record*. Levou consigo não só a sua equipe de produção, mas o formato típico do *TJ*. A mudança de casa não abalou o prestígio popular de Boris. No início de setembro de 1998, o Ibope registrou onze pontos de audiência para o *Jornal da Record*, na Grande São Paulo, o mesmo índice que obtinha no SBT (*Folha de S. Paulo*, 1998b, p. 2).

Aos olhos dos telespectadores da grande São Paulo, no entanto, o telejornalismo aparentava ainda mais defeitos do que qualidades. Pesquisa da revista *Imprensa* e do Instituto Gallup, feita em maio de 1995, verificou que “mais da metade da população duvida do que vê apresentado nos jornais de tevê”. Apurou também que 72% dos entrevistados disseram que os telejornais “distorcem os fatos”, “fazem sensacionalismo” e estão “mais preocupados em defender interesses econômicos” (Bresser, 1996, p. 25).

Diferentemente, nas tevê abertas por assinatura, o jornalismo vivia um período alentador. Em outubro de 1996, a Globo News iniciou suas transmissões, como canal exclusivo de notícias da Rede Globo de Televisão, 24 horas no ar, aliando agilidade com o aprofundamento da informação.

O crescimento da tevê por assinatura acabou contribuindo, porém, para a queda de audiência do telejornalismo nas tevês abertas. Através de boletins do Ibope, a *Folha de S. Paulo* verificou que, de 1989 até 1994, o *JN* teria perdido 23 pontos de audiência, caindo de 60 para 37 (TV Folha, 1997, p. 10-11).

Ao examinar a situação do *JN*, Eugênio Bucci atribuiu a perda de pontos da Globo “à modernidade e a democracia”, lembrando que ia “longe o tempo dos governos militares, quando o *Jornal Nacional* era uma *Voz do Brasil* com imagens” e que “hoje o público já não mora dentro de um curral eletrônico” (Bucci, 1997, p. 18).

Outra voz exaltaram as virtudes do programa em sua nova fase e golpearam a “hipocrisia e desfaçatez” dos que julgam que as mazelas da imprensa brasileira estejam “localizadas apenas na Vênus Platinada” (Dines, 1997). O editor do *Observatório da Imprensa* destacou ainda que o telejornalismo da Globo atravessava sua melhor fase “desde a abertura democrática”, com “mais serviço público, mais defesa do consumidor,... mais densidade, mais crítica” (Dines, 1997).

Novo alento

Em abril de 1997, um fato tornou-se emblemático da nova linha editorial do *JN*: a reportagem de Marcelo Rezende sobre a truculência policial em Diadema. As imagens de um cinegrafista amador quebravam a rigorosa assepsia visual do “padrão global de qualidade” e faziam o valor jornalístico sobrepor-se à concepção de notícia-espetáculo. Foi um acontecimento estrondoso que despertou várias análises.

O cronista Arnaldo Jabor vinculou a consagração da cobertura ao fato de abordar “um tema atualíssimo ... limitando-se a expor o conflito entre excluídos sem farda e excluídos disfarçados de homens da lei” (Jabor, 1997, p. 4-8).

Ao destacar que a população, cansada dos “discursos jornalísticos historicamente defasados”, procura refúgio “no mundo ficcional, mas verossímil das telenovelas”, Marques de Melo enfatizou que a TV Globo dava mostras de vitalidade ao abandonar “o estigma de emissora oficialista” e acertar “o passo com os anseios da sociedade civil” (Marques de Melo, 1997).

Fernando Pacheco Jordão, por sua vez, salientou que a matéria representava um marco por abrir o *JN* com a palavra do cidadão e não a de políticos ou *experts*. Mas, segundo ele, o que acontecia no *JN* inseria-se num processo de reorganização do telejornalismo, na qual a intervenção de Paulo Henrique Amorim no *Jornal da Band* também estava trazendo “para o horário nobre do jornalismo o cidadão e o universo de sua comunidade como prioritários em sua pauta.” (Jordão, 1997).

Bem menos animador era o percurso seguido pelo SBT. Depois do abrupto desaparecimento do *TJ Brasil*, em dezembro de 1997, a emissora paulista se associou, em *joint venture*, à rede de televisão norte-americana CBS, para exibir *O Jornal do SBT – Telenotícias CBS*, transmitido de Miami pelo casal de âncoras Eliakim Araújo e Leila Cordeiro.

Sem nenhum telejornal no horário nobre, a partir de março de 1998, o SBT promoveu as estréias de um informativo local, o *Noticidade*, e da primeira edição do *Jornal do*

SBT – Telenotícias CBS. Além disso, manteve os boletins *Notícias de Última Hora*.

De novo vítima do descaso pelo jornalismo, os novos programas foram sumariamente extintos, quatro meses depois, só restando os boletins *Notícias de Última Hora*. Mas, para Mauro Malin, o fato não era surpresa: “O fim do jornalismo do SBT... é uma exemplar volta às origens”, de uma emissora que “não veio ao mundo para fazer jornalismo” (Malin, 1998).

Na Globo, as dificuldades eram de outra natureza. Em fevereiro de 1998, Lillian Witte Fibe deixou o *JN* por causa do seu baixo grau de *empatia* junto à audiência e sua insatisfação com a linha editorial do telejornal, mais afeita a uma concepção amena de jornalismo (Camacho, Sanches e Leite, 1998, p. 79-80). Na obstinada busca de audiência, o *JN* escalou a dupla de apresentadores preferida pelo ibope, o casal William Bonner e Fátima Bernardes. Trocou também notícias mais relevantes por “reportagens lacrimosas, curiosidades do mundo animal, ou intermináveis inventários sobre a vida de celebridades” (Veja, 1998).

A nova política editorial frutificou rapidamente: 1) no dia 28 de julho, o nascimento da filha da apresentadora Xuxa teve uma cobertura duas vezes maior do que a privatização da Telebrás; 2) no dia 17 de agosto, o assalto ao ator Gérson Brenner ganhou um destaque seis vezes maior do que a declaração de moratória da Rússia; 3) no dia 16 de setembro, o acidente com o ator Danton Melo ocupou um tempo dez vezes maior do que a matéria sobre cortes do orçamento do governo brasileiro.

No mesmo diapasão crítico, o editor do *Jornal da Band*, Paulo Henrique Amorim, afirmou que “o Jornal Nacional se transformou em mais um produto da linha de entretenimento da Globo” e que “não há mais notícias ali” (Veja, 1998, p. 48). Meses atrás, em entrevista à Revista Imprensa, ao comparar o *JN* com um *Fantástico* diário (programa de variedades exibido pela Rede Globo, aos domingos), Amorim comentou que o

Jornal Nacional "cada vez mais incorporou o papel de ser um trânsito entre novelas" (*Imprensa*, 1998, p. 32).

Apesar de todas as acusações, o *Jornal Nacional* ainda é a principal, quando não a única, referência informativa para a maioria dos brasileiros. Já sem ser tão ostensivamente governista, parece, contudo, que não só manteve como intensificou sua tendência de espetacularização da notícia. E talvez por causa dessa fórmula tão bem sucedida de combinar realidade e ficção, em setembro de 1998, só em São Paulo, o *JN* atraía diariamente um público de 3,2 milhões de telespectadores, correspondentes a quarenta pontos no ibope (*Folha de S. Paulo/TV Folha*, 1998, p. 2).

Referências bibliográficas

- ÁVILA, Carlos R. Amêndola. *A teleinvasão*. São Paulo: Cortez/Unimep, 1982.
- BARBOSA LIMA, Fernando Nossas câmeras são os seus olhos. In: BARBOSA LIMA, Fernando, PRIOLLI, Gabriel & MACHADO, Arlindo. *Televisão & Vídeo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 7-16.
- BELTRÃO, Luís. Jornalismo pela televisão e pelo rádio. *Perspectiva*. São Paulo, ECA-USP, 1967.
- BUCCI, Eugênio. Sim, o *Jornal Nacional* mudou. E daí? *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 6 abr. 1996. p. D-3.
- BUCCI, Eugênio. Despencada saudável. *Veja*. São Paulo, ano 30, n. 17. p. 41.
- BRESSER, Deborah. O povo acusa: a imagem dos telejornais. *Imprensa*. São Paulo, ano IX, n. 106, jun.1996. p. 24-28.
- BRESSER, Deborah. Do tédio ao pânico. *Imprensa*. São Paulo, ano IX, n. 97, out. 1996. p. 20-29.
- CAMACHO, Marcelo, SANCHES, Neuza & LEITE, Virgínia. "Boa noite": Lílían Witte Fibe, a pessoa certa no lugar errado, sai do *Jornal Nacional*. *Veja*. São Paulo, ano 31, n. 6, 11 fev. 1998. p. 79-80.
- CARVALHO, Elizabeth (1979-80). Telejornalismo: a década da tranquilidade. In: CASOY, Boris. Entrevista sobre *O lugar da palavra no telejornalismo*. São Paulo, 19 out. 1997.
- DINES, Alberto. Aposto no retrocesso: a onda contra o *Jornal Nacional*. In: *Observatório da Imprensa*. [Http://www2.uol.com.br/observatório](http://www2.uol.com.br/observatório), 05 fev. 1997.
- ECA-USP. Anais do I Simpósio de Rádio e TV – Ensino e atividades profissionais. São Paulo: ECA-USP, 1978.
- FANG, Irving E. *Television news*. 2ª ed. New York: Hastings House Publishers, 1972.

- FOLHA DE S. PAULO. Novos jornais estréiam no SBT. *TV Folha*. São Paulo, 8 mar. 1998a. p. 5.
- FOLHA DE S. PAULO. Ibope: os programas mais vistos em SP de 31/8 a 6/9/98. *TV Folha*. São Paulo, 27 set. 1998b. p. 2.
- FURTADO, Rubens. Programação I: da Rede Tupi à Rede Manchete, uma visão histórica. In: MACEDO, Cláudia, FALCÃO, Ângela & MENDES DE ALMEIDA, Cândido José (orgs.). *TV ao vivo: depoimentos*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 57-69.
- GLEISER, Luiz. Além da notícia: o Jornal Nacional e a televisão brasileira. 1983. Dissertação de mestrado em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- IMPrensa. Entrevista: Alberico de Souza Cruz. *Imprensa*. São Paulo, ano VIII, n. 92, mai. 1995. p. 41-48.
- IMPrensa. Encarte especial, II Seminário Internacioanal de Telejornalismo, São Paulo, 1995. p. 1-22.
- IMPrensa. *O espetáculo do telejornalismo*. IV Seminário Internacional de Telejornalismo. São Paulo, ano XI, n. 122, p. 47- 63, nov. 1997.
- IMPrensa. Entrevista: Paulo Henrique Amorim. São Paulo, ano XI, n. 128, p. 31-36, mai. 1998.
- JABOR, Arnaldo. "Diadema nunca mais" é o melhor filme brasileiro. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 8 abr. 1997, p. 4-8,
- JORDÃO, Fernando Pacheco. TV: sai o governo, entra o cidadão. In: *Observatório da Imprensa*. [Http://www.uol.com.br/observtório](http://www.uol.com.br/observtório), 20 abr. 1997.
- LEANDRO, Paulo Roberto e COSTA, Demétrio. No novo elejornalismo, jornalista é peça fundamental. *Cadernos Proal*. São Paulo, n. 2, p. 86-89, 1977.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Pérolas do Jornal Nacional. *Boletim Intercom*, São Paulo, ano 4, n. 34, pp.50-51, nov./dez. 1981.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Muito além do Jardim Botânico*. 1983. Tese de doutorado em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- MALIN, Mauro. Morte do jornalismo no SBT: sem feitos, sem prantos, assinado, Sílvio Santos. *Observatório da Imprensa*. São Paulo, 20 jul. 1998.
- MARQUES DE MELO, José. Campanhas pelas diretas: conspiração do silêncio. *Boletim Intercom*. São Paulo, ano 7, n. 46, p. 5-7, jan./fev. 1984.
- MARQUES DE MELO, José. A Globo e o interesse social. *O Tempo*, Belo Horizonte, p. 7, 13 abr. 1997.
- MELLO E SOUZA, Cláudio. *JN: 15 anos de história*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 1984.
- MOREIRA, Sônia Virgínia. A legislação dos meios eletrônicos (TV e rádio) nos Estados Unidos e no Brasil. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, UESP, ano XIII, n. 24, p. 27-49, 1995.

- NOGUEIRA, Armando. Telejornalismo I: a experiência da Rede Globo. In: MACEDO, Cláudia, FALCÃO, Ângela, MENDES DE ALMEIDA, José (orgs.). *TV ao vivo: depoimentos*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 81-92.
- NOGUEIRA, Armando. Entrevista sobre *O lugar da palavra no telejornalismo*, ago. 1997.
- PRIOLLI, Gabriel. A tela pequena no Brasil grande. In: BARBOSA LIMA, Fernando, PRIOLLI, Gabriel, MACHADO, Arlindo. *Televisão e Vídeo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. pp.20-43.
- SQUIRRA, Sebastião. *Boris Casoy: O âncora no telejornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- TRAMONTINA, Carlos. *Entrevista: a arte e as histórias dos maiores entrevistadores da televisão brasileira*. São Paulo: Globo, 1996.
- VEJA. O país numa rede. *Veja*, São Paulo, n. 52, p. 68, set. 1969.
- VEJA. Show de variedades das 8. *Veja*. ano 31, n. 39, p. 46-48, 30 set. 1998.
- VIEIRA, Geraldinho. *Complexo de Clarck Kent: são super-bomens os jornalistas?* São Paulo: Summus, 1991.